



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Onda boa

Mais apropriado do que alterar a legislação com terrenos da União à beira-mar seria ampliar os investimentos no turismo brasileiro. A atividade está em ascensão – o primeiro quadrimestre de 2024 foi o terceiro melhor em número de visitantes internacionais, com 2,7 milhões de estrangeiros de passagem pelo país.

Outras praias

Melhoria de aeroportos, qualificação de mão de obra, balneabilidade das praias, investimento em ecoturismo e na diversidade cultural brasileira são algumas das frentes importantes para fortalecer o setor. Há muito o que fazer, pois, sem precisar alterar um milímetro do litoral brasileiro.

Cidades inteligentes

Está intenso o debate sobre a preparação de cidades inteligentes, capazes de oferecer melhores serviços para a população e — ordem do dia — mitigar os efeitos da crise climática. Prefeituras de diversas capitais vão apresentar, por exemplo, soluções para permitir aos cidadãos acompanhar horários dos ônibus ou a poda de árvores. A cidade de São Paulo, por sua vez, mostrará como está aplicando a inteligência artificial na gestão de dados climáticos.

Tudo parado

Continua o impasse entre o governo e os servidores federais da Educação. O Ministério da Gestão e Inovação rejeitou a proposta apresentada por sindicatos dos professores de universidades e institutos federais. O governo alega não haver mais espaço no orçamento para ampliar as reposições salariais. E não pretende estender a conversa com grevistas. Nos bastidores, comenta-se que a próxima reunião pode ocorrer somente no dia 20.

Por que é preciso olhar para a PEC das Praias

Em tempos de redes sociais, é comum um assunto ganhar mais visibilidade em razão das celebridades envolvidas no debate do que pelo mérito da questão. É o caso da proposta que transfere para a iniciativa privada a propriedade sobre terras pertencentes à União. O tema ganhou notoriedade pela alcunha de “privatização das praias”. O caso opôs a atriz Luana Piovani ao jogador Neymar, dois conhecidos “lacradores” da internet, além de atrair uma constelação de outras personalidades e “analistas” de ocasião.

Desconsiderando a troca de ofensas na web, um ponto positivo do falatório é que a tal “opinião pública” passou a dar atenção à proposta em curso no Senado. A PEC prevê, sim, a cessão da titularidade dos terrenos

à beira-mar para particulares. Segundo ambientalistas, essa possibilidade representa um risco à preservação de mangues e restingas, importantes barreiras naturais para o avanço do mar. Ora, com o país ainda traumatizado pela tragédia do Rio Grande do Sul, toda e qualquer discussão com implicações ambientais merece, sim, amplo debate e profunda reflexão. Partidarismos e paixões fazem parte, desde que nasçam de fatos e informações fidedignas.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, avisou que a proposta, já aprovada na Câmara, não será tratada com ajeitamento na Casa Alta. O governo, por sua vez, já se posicionou contrário à iniciativa, embora entenda que a pauta não é prioritária. Segue o baile.



Judicialização

Como todos esperavam em Brasília, a polémica da saída temporária de presos chegou ao Supremo Tribunal Federal. A Associação Nacional da Advocacia Criminal (Anacrim) apresentou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a lei, aprovada recentemente, que proíbe as “saidinhas”. A entidade alega que a norma viola garantias constitucionais.

Viva México!

A eleição de Claudia Sheinbaum para a Presidência do México mostra a força das mulheres no país, resultado de uma política de igualdade de gênero estabelecida pela Constituição. Além da Presidência da República, mulheres comandam a Suprema Corte de Justiça, o Senado, o Banco Central e 10 estados no país. Viva!

Sem provas

Após mais de oito anos de investigação, o Tribunal Regional Eleitoral do DF confirmou o trancamento do inquérito policial instaurado pela Operação Lava Jato contra Edinho Silva. O atual prefeito de Araraquara foi coordenador financeiro da campanha presidencial de Dilma Rousseff em 2014. Sem comprovação das denúncias, obtidas por meio de delação premiada, a Justiça Eleitoral entendeu que a tramitação por tempo indeterminado viola os princípios da duração razoável do processo e da dignidade humana.

Cuidando de si

Cibele Zanotta é a nova presidente executiva da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em Saúde (Acessa). Ela pretende atuar como interlocutora com autoridades, órgãos reguladores e a indústria para valorizar o autocuidado na saúde, prática que consiste no uso de medicamentos isentos de prescrição (MIPs), dispositivos médicos, suplementos alimentares e dermocosméticos.

Com Vinicius Doria e Raphael Pati

PODER / Na posse como presidente do TSE, a ministra Cármen Lúcia promete atuação rigorosa contra as notícias falsas nas eleições. A magistrada ressalta que o remédio eficaz ante o vírus das fake news é a liberdade de informação séria e responsável

“Mentira digital planta medo”

» RENATO SOUZA

Na posse como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a ministra Cármen Lúcia afirmou que sua gestão terá como foco combater “a mentira digital”, que corrói a democracia. Ela ficará à frente da Corte por dois anos e será responsável pela condução das eleições municipais deste ano. A magistrada ocupa o posto deixado por Alexandre de Moraes, que encerrou o tempo de mandato no tribunal.

“A mentira digital, multiplicada em cada extensão planetária, não vira verdade, não desfaz os fatos, não engole a liberdade, mas é fabricada para destruir as liberdades. Instrumento espúrio, a mentira digital maquie-se com lantejoulas brilhosas nas telas, a seduzir o olhar e cegar o raciocínio sobre o que é mostrado”, enfatizou no discurso de posse. “Mentira amolece a humanidade porque planta o medo para colher a ditadura, individual ou política”



Mentira amolece a humanidade porque planta o medo para colher a ditadura, individual ou política”

Cármen Lúcia,
presidente do TSE

propaga-se nessa inaceitação da diferença”, completou.

A ministra destacou a complexidade das eleições deste ano, que ocorre em quase todos os municípios brasileiros. “Essa cerimônia repete-se porque a República exige, a Constituição determina, e a democracia impõe. Mais uma vez, é ano de eleições livres e democráticas no Brasil. Relações no plural. São quase seis mil eleições, uma em cada município”, disse.

Ela ressaltou o papel de Moraes à frente do TSE, especialmente no episódio dos atentados de 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos Três Poderes foram depredadas em Brasília. “O ministro Alexandre de Moraes foi determinante para a realização de eleições seguras, céleres e transparentes em um momento de grande perturbação. Não ter tido êxito naquela empreitada criminosa foi tarefa de muitos”, afirmou.

Também foi empossado, como vice, o ministro Kássio Nunes Marques. Ele terá a missão de conduzir a Justiça Eleitoral no pleito de 2026, que escolherá o presidente da República, deputados e senadores em todo o país.

Compareceram à solenidade autoridades dos Três Poderes, como os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto

Luiz Roberto/Secom/TSE



É a segunda passagem da ministra Cármen Lúcia pela presidência do Tribunal Superior Eleitoral

Barroso, além do governador de Minas Gerais, Romeu Zema; e da vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão. Também estiveram presentes outros juízes, advogados e parlamentares.

Barroso elogiou a colega de plenário e disse ser a pessoa certa para conduzir o pleito municipal. “Está fazendo um caminho de volta, já passou por aqui. Grande competência, e acho que é uma sorte para o país ter uma pessoa como ela presidindo as eleições municipais. São as eleições mais complexas”, frisou.

O presidente do Supremo demonstrou preocupação com as fake news: “Temos que proteger a liberdade de expressão sem permitir que a vida civilizada despenque num abismo de maldade.”

Representatividade

Moraes também elogiou a colega. “Essa mineira que é fonte de inspiração, orgulho não só de sua família, mas de toda a área jurídica e sociedade brasileira. É a única mulher na história do Brasil a ser presidente do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça”, destacou Moraes.

Ele lembrou também a atuação da ministra em defesa da igualdade de gênero e contra qualquer ato discriminatório. “Histórica defensora do Estado Democrático de Direito, sempre liderou a luta contra o preconceito, qualquer forma de discriminação. Foi e continuará sendo uma grande impulsora da participação das

mulheres na política e no combate à fraude da cota de gênero”, acrescentou.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, afirmou que a ministra vai garantir a integridade das eleições e a pluralidade de pensamentos à frente do cargo. “Na sua volta à presidência da Corte, estamos todos seguros de que a causa do bem terá o efetivo e enérgico empenho para que a democracia possa triunfar. A formação da vontade do eleitor não será corrompida por qualquer meio. O princípio da pluralidade estará assegurado. Posso afiançar à Vossa Excelência que o Ministério Público Eleitoral não faltará com todas as suas forças ao êxito pleno de sua missão”, sustentou.

Caso Roma: PF indícia suspeitos

A Polícia Federal mudou de posição e decidiu indiciar o empresário Roberto Montovani; a mulher dele, Renata Munrão; e o genro do casal, Alex Zanatta, no inquérito sobre as hostilidades ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no aeroporto de Roma.

Para a PF, os três cometeram o crime de calúnia por acusarem o ministro de fraudar as eleições de 2022. A PF cita como agravante o fato de as ofensas terem sido dirigidas a um funcionário público, o que pode endurecer a pena em caso de condenação.

Roberto Montovani também foi indiciado pelo tapa no rosto do filho de Moraes. A PF imputa ao empresário o crime de injúria com “violência ou vias de fato”.

A virada ocorre após uma troca na condução do inquérito. Um novo delegado assumiu o caso em abril.

A investigação foi conduzida inicialmente pelo delegado Hiroshi de Araújo Sakaki. Em fevereiro, ele deu o caso por encerrado e não pediu o indiciamento da família, com a justificativa de que não foi possível cravar se houve troca de ofensas, já que as imagens das câmeras do aeroporto não têm som.

Depois que a PF apresentou o relatório final da investigação, a Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu um novo interrogatório de Roberto Montovani para saber se ele manipulou o vídeo. Na prática, o pedido reabriu o inquérito. Hiroshi Sakaki pediu então para deixar o caso, que foi redistribuído ao delegado Thiago Severo de Rezende.